OS OBSTÁCULOS AO ACESSO À JUSTIÇA

Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais -
CESCAGE
MARCIALINA DE FÁTIMA LEAL DO VALLE

RESUMO: O presente trabalho visa demonstrar o acesso à justiça como direito fundamental no Direito no ordenamento jurídico, esse tema é de extrema importância e não apenas a uma barreira econômica e social, e de certa forma moroso e burocrático. O presente demonstra uma análise das barreiras de acesso à justiça atualmente e como se efetua a exclusão das pessoas ao acesso à justiça, e a informação desta consubstanciando a pesquisa através da visão doutrinária e revistas especializadas e projetos de lei que estão na contramão do acesso à justiça como a PL 6160/19. O tema traz na sua nuance, a premissa da justiça alcançando a todos, o que se pode visualizar um acesso a justiça efetiva. Pode -se concluir que o acesso à justiça é falho e não se atende o objetivo esperado. O direito do cidadão ao acesso à justiça, é tema explícito na Constituição Federal, porém o que parece que se trata apenas ao vulnerável na questão financeira, a falta de acesso a informação jurídica é um grande desincentivo na busca da justiça, a barreira também está ligada as pessoas de melhor condição financeira, diante de um judiciário lento e burocrático, que se afastam mesmo tendo conhecimento de seus direitos.

PALAVRAS-CHAVE: base, burocracia, direitos, justiça.

ABSTRACT: to demonstrate access to justice as a fundamental right in Brazilian law, a theme that is not only attached to an economic and social barrier, but also to the slow and bureaucratic judiciary. An analysis is carried out of how much the barriers of access to justice nowadays promote the exclusion of people from access to justice, consolidating the research through the doctrinal view and specialized magazines and bills that are against the access to justice as the PL 6160/19. The theme can never stop being in vogue, since, it is from the premise of justice reaching everyone, that we can visualize a much better country. Finally, it is concluded that access to justice is not yet adequate, and PL 6160/19 goes against the citizen's right to access to justice, and the issue is not intrinsic only to the vulnerable in the financial question, the lack access to legal information is a major disincentive in the search for justice, the barrier is also linked to people in better financial condition, in the face of a slow and bureaucratic judiciary, who withdraw even though they are aware of their rights.

KEYWORDS: base, bureaucracy, rights, justice.

INTRODUÇÃO

O acesso à justiça é um direito fundamental, garantido na Constituição Federal ao cidadão, que tem a premissa de trazer igualdade de condições a todos que necessitem do acesso ao judiciário, sendo dever do Estado na resolução de conflitos, e por pressuposto o mesmo deve dar condições para que todos tenham seu direito resguardado, consubstanciando a aplicação deste instituto ao pleno exercício da cidadania e a garantia de uma ordem jurídica justa.

O tema é tratado pelo nobre doutrinador e processualista italiano Mauro Cappelletti, que tratou do tema em seu livro “Acesso à Justiça” no qual abordou dentre diversos temas, a necessidade da introdução dos Juizados Especiais.

Em nosso país o acesso à justiça teve início em 1950 com a Lei 1.060, prevendo assistência judiciária aos necessitados, e em 2009 a Lei Complementar nº 132, alterou dispositivos da Lei Complementar nº 80 de 1994, ampliando os dispositivos da Defensoria Pública, em 1995 os Juizados Especiais Cíveis foram introduzidos através da Lei nº 9.099 de 1995, e em 2001 foram criados os Juizados Especiais Federais através da Lei 10.259/2001.

Ainda nos Juizados Especiais Cíveis surgiram com um denominador comum, o acesso à justiça, através de normativas que abarcam os mais pobres e também com a solução rápida de litígios, estabelecendo um padrão de até 40 salários-mínimos no valor da causa,

Na mesmas evoluções temos os Juizados Especiais Federais com competência para julgar causas de até 60 salários mínimos, e em matéria criminal de pena máxima de dois anos, foram criados, para dar mais agilidade em conflitos que tenham o cidadão e a Administração Pública como partes.

Importante destacar que a constante evolução ao acesso à justiça no ordenamento jurídico, implementando diversas leis de grande abrangência, que não estabelecem apenas diretrizes voltadas somente hipossuficiente econômico, mas também foram criadas para agilizar o processo judicial. Com as constantes evoluções jurídicas pertinentes ao tema, o acesso à justiça é eficiente, dado que é um direito fundamental ao cidadão? A resposta a esta problemática é não, o judiciário não consegue aplicar com eficiência toda legislação voltada ao acesso à justiça, pois este está atrelado diretamente ao sistema judiciário, ou seja, ao Estado. Ele nos apresenta preceitos relacionados à sociedade, evidenciando a proteção e legitimação dos direitos junto à justiça, de acordo com uma democracia sólida e efetiva perante todos

A proposta dos JEC's era de descongestionar o Judiciário, contudo, o que se vislumbra é um Juizado lento e moroso devido a alta demanda.

O que dificulta o acesso à justiça?

Analisa as principais barreiras, como a infraestrutura precária, a escassez de profissionais do direito, os custos processuais e a morosidade do sistema judicial.

Também destaca a falta de conscientização e educação jurídica como fatores que dificultam o acesso à justiça. A morosidade afasta não somente o mais pobre, mas também o que tem condições melhores e tem consciência de seus direitos, isto abre um precedente muito ruim, que enseja piora na qualidade de produtos e serviços oferecidos ao cidadão além de promover o cidadão uma idéia de que a justiça não funciona, a importância do acesso à justiça é universal e sua mitigação não pode ser tolerada.

O que dificulta o acesso à justiça são as principais barreiras, como a infraestrutura precária, a escassez de profissionais do direito, os custos processuais e a morosidade do sistema judicial. Também destaca a falta de conscientização e educação jurídica como fatores que dificultam o acesso à justiça

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa foi realizada através da metodologia dedutiva, que parte das questões gerais para a específica, realizou-se a pesquisa partindo do conceito do acesso à justiça até as normas empregadas atualmente para que o acesso à justiça se efetive. O trabalho foi realizado através de pesquisas bibliográficas com técnica de pesquisa documental indireta, em livros digitais, sites de notícias, sites jurídicos e anais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho teve o condão de analisar o acesso à justiça, a sua importância como direito fundamental, sua aplicação no ordenamento pátrio, sua efetividade e os obstáculos encontrados que afastam a possibilidade do cidadão de acesso ao judiciário.

O acesso à justiça, não é efetivo não somente para com o cidadão mais pobre na acepção jurídica do termo, mas também o cidadão com mais poder aquisitivo, devida a demora no processo, o pobre se afasta pelas custas judiciais, apesar de um Juizado Especial Civil, comumente chamado de pequenas causas. O cidadão se vê desamparado em muitas situações, mesmo com aqueles que tem poder aquisitivo se afasta da justiça pela sua morosidade. E ainda muitas vezes a falta de informação também o afasta

CONCLUSÃO

O objetivo proposto do presente visa demonstrar o acesso à justiça no judiciário, a importância como um direito fundamental que vislumbra a amplitude do acesso ao judiciário não somente ao cidadão vulnerável, mas a todos que pretendem a solução de seu litígio, e os obstáculos que ainda persistem para sua efetivação.

A hipótese da pesquisa é afirmativa, uma vez que, o acesso à justiça, apesar

dos esforços do judiciário e do próprio legislador ainda não tem sua aplicabilidade adequada. Tanto nos Juizados Especiais Cíveis e nas varas comuns encontram-se com muitos processos o que o torna moroso e burocrático muitas vezes, ainda a falta de informações básicas ao cidadão e as custas judiciais afastam o cidadão do acesso a justiça, demonstrando uma vulnerabilidade do judiciário em socorrer ao cidadão.

O Acesso à Justiça deve ser compreendido, assim, como o acesso obtido, alcançado, tanto por intermédio dos meios alternativos de solução de conflitos de interesses, quanto pela via jurisdicional e das políticas públicas, de forma tempestiva, adequada e eficiente, realizando uma ordem de valores fundamentais, o que infelizmente na maioria das vezes é falho e ineficiente.

REFERÊNCIAS

MOTTA, Luiz Eduardo Pereira; RUEDIGER, Marco Aurélio; RICCIO, Vicente. **O acesso à justiça como objeto de política pública: o caso da defensoria pública do Rio de Janeiro**. Cad. EBAPE.BR, Rio de Janeiro , v. 4, n. 2, p. 01-13, June 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512006000200011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 ago. 2020.

CAPPELLETTI, Mauro; GARTH, Bryan. Acesso à Justiça. Tradução Ellen Gracie Northfleet. Porto Alegre: Fabris Editora, 1988.